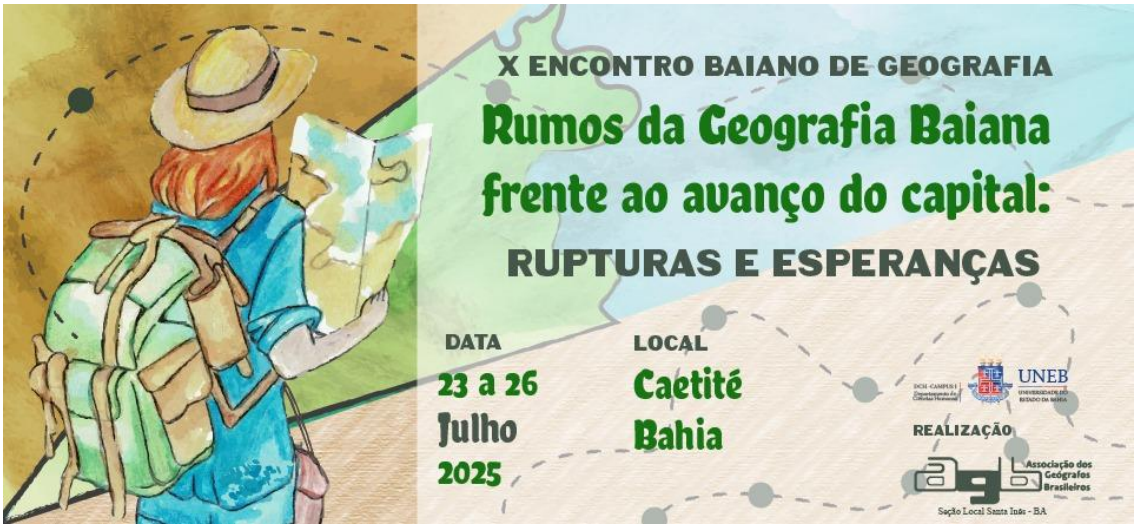

A DINÂMICA DO USO TERRITORIAL NO PORTAL DO SERTÃO E A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: REFLEXÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE IRARÁ

Andreia Silva de Alcântara[1]

Palavras-chave: Políticas públicas; desenvolvimento territorial; agricultura familiar camponesa.

INTRODUÇÃO

As Indicações Geográficas (IGs) emergem como uma ferramenta crucial no contexto do desenvolvimento territorial, oferecendo uma abordagem inovadora para agregar valor à produtos e serviços de origem da agricultura familiar camponesa. O artigo apresenta como objetivo geral analisar a configuração socioterritorial do território de identidade portal do Sertão, enfatizando as questões sociopolíticas do município de Irará. Como objetivo específico buscar-se compreender como as políticas territoriais tem contribuído para as desigualdades no território de identidade portal do sertão; discutir de que forma as indicações geográficas podem contribuir na reordenação do território e na construção de identidades territoriais, no fortalecimento da agricultura familiar camponesa e no desenvolvimento endógeno.

Para tanto, adota-se uma abordagem metodológica qualitativa, fundamentada no materialismo histórico dialético. Os dados foram coletados junto a órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Banco de dados do Grupo de Pesquisa vinculado à Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (GeografAR) e a Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos (SEI). Foi realizada também revisões bibliográficas em artigos, livros, teses e dissertações.

A justificativa desta investigação repousa na necessidade de compreender como a articulação entre o desenvolvimento endógeno e a descentralização de investimentos pode

[1] Doutoranda pela Universidade Federal da Bahia.

fomentar a valorização dos saberes locais, evidenciando a relevância de políticas públicas que promovam a inclusão e o bem-estar das comunidades envolvidas.

Os resultados preliminares indicam que a integração das vozes e experiências locais tem sido crucial para a construção de um território mais coeso e para a potencial conformação de uma indicação geográfica, reforçando a importância de interpretar as "tecnoesferas" discutidas por Santos (2006), que revelam as estruturas profundas e fragmentadas do poder territorial.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

O artigo revela, de forma contundente, como os avanços tecnológicos e a internacionalização do capital são elementos propulsores na formação das chamadas "tecnoesferas". Tais esferas, caracterizadas pela concentração de técnicas e práticas inovadoras em determinados territórios, corroboram com a perspectiva teórica de Santos (2005), que destaca a importância do uso do território na articulação das relações de poder e na constituição da memória coletiva. Nesse sentido, o texto evidencia que o território não pode ser compreendido como um espaço estático, mas sim como um produto dinâmico de práticas cotidianas que moldam tanto a identidade cultural quanto a estrutura socioeconômica dos locais.

Os dados e discussões apresentados apontam para a relevância das "imagens territoriais" — ou seja, os registros das práticas diárias e das interações socioambientais — como indicadores fundamentais na identificação das relações de poder (Raffestin, 1993). Ao decifrar essas imagens, é possível compreender como desde a esfera do Estado até a iniciativa individual, todos os atores contribuem para a construção e transformação dos espaços. Essa abordagem demonstra uma clara convergência com argumentos teóricos que ressaltam a interdependência entre uso do território e produção de sentido, porém também destaca a divergência em relação a perspectivas que tratam o território de forma meramente física ou isolada dos contextos sociais e culturais.

As relações de poder presentes na construção e reconfiguração do território ganham destaque na análise, especialmente ao considerar os interesses econômicos hegemônicos que orientam as delimitações espaciais. Raffestin (1993) contribui com a ideia de que toda prática espacial é uma "produção territorial", onde a tessitura, os nós e as redes representam as inter-relações dinâmicas entre os atores sociais. Essa abordagem ressalta a flexibilidade e a mutabilidade do território, marcadas pelas práticas de reorganização impostas pelo Estado e por outros agentes econômicos.

Nesse sentido, a indicação geográfica (IG) é tida como um instrumento de reordenamento territorial pois atua na valorização dos produtos locais e na preservação do saber-fazer comunitário. Caldas (2013) discute que a proteção conferida pela IG abrange não apenas o produto, mas o modo de produção e a influência do meio geográfico na singularidade do mesmo. Gurgel (2005) amplia essa discussão, considerando a IG como uma marca territorial que vincula o produto ao território e à identidade dos produtores, contribuindo para a inclusão destes em um mercado competitivo.

Um dos principais resultados alcançados pela análise diz respeito à eficácia das políticas públicas que se fundamentam na integração das vozes e experiências locais. O artigo mostra, de forma empírica, que ações endógenas discutidas por Barqueiro (2001), nas quais a participação comunitária está no cerne do planejamento territorial, podem fomentar a sustentabilidade socioeconômica e reduzir as desigualdades. Essa convergência entre práticas locais e estratégias de desenvolvimento aponta para um paradigma em que o

território é percebido como um espaço multifacetado, em constante ressignificação e sujeito a transformações provocadas tanto pelos avanços tecnológicos quanto por disputas de poder.

Dessa forma, o artigo evidencia que o território depende de uma abordagem inter/transdisciplinar. Ao articular dimensões culturais, econômicas, políticas e tecnológicas, o estudo não só ilumina os mecanismos subjacentes à formação e reorganização dos espaços, mas também ressalta as lacunas existentes entre políticas centralizadas conforme discutidas por Teixeira; Souza (2016). Tal discrepância mostra a necessidade de um planejamento territorial que contemple as especificidades de cada comunidade, proporcionando uma construção social mais inclusiva.

Os resultados apontam para a importância de se adotar uma visão crítica e abrangente ao analisar o uso do território. A integração entre avanços tecnológicos, a identidade e as dinâmicas de poder revelam que o desenvolvimento territorial deve ser pautado por políticas que reconheçam e valorizem as especificidades locais já discutidas por Vale *et. al*. (2005), promovendo assim, uma transformação que vá além da simples modernização, mas que esteja enraizada na diversidade sociocultural dos municípios envolvidos.

Dessa forma a análise dos resultados do estudo revela uma realidade multifacetada do Território de Identidade Portal do Sertão (TIPS), que se caracteriza por uma distribuição territorial e socioeconômica bastante heterogênea, é formada por 17 municípios sendo eles: Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova. Possui uma população de 948.718 habitantes, o município de Feira de Santana concentra expressivamente essa população (cerca de 65%), ao mesmo tempo em que outras localidades enfrentam retrações populacionais (IBGE, 2022).

No âmbito econômico, observa-se uma predominância dos setores industrial e terciário, com a exposição de que a taxa de industrialização aumentou de 17,1% em 2002 para 27,8% em 2021, em contraste com o declínio do setor agropecuário, que recuou de 5,6% para 2,2% no mesmo período. A dinâmica econômica do TIPS, apesar de o setor primário estar em regressão, representa apenas 2,2% do território, enquanto as atividades industriais e terciárias são predominantes. Esse percentual é resultado do impacto do município de Feira de Santana sobre o território, pois é o município que se apresenta como o grande centro fornecedor de bens e serviços para uma ampla hinterlândia, abrangendo setores como comércio, educação, saúde e lazer. Dos 17 municípios, 7 apresentam uma dinâmica econômica em que o setor primário representa de 40% a 80% das atividades econômicas (IBGE, 2017).

A composição sociocultural do território, por sua vez, destaca sua identidade étnica, com uma expressiva maioria de pessoas que se identificam como negras (85,8%), além da presença relevante de comunidades indígenas e quilombolas (IBGE, 2022). Municípios como Irará se distinguem por concentrarem porcentagens significativas dessas populações, fato que reforça a importância de políticas públicas que considerem as especificidades culturais e históricas locais para promover inclusão e equidade.

No setor fundiário o TIPS se consolidou com a estrutura fundiária concentrada, com a existência de 12 propriedades com mais de 1.000 hectares de terra, contrastando com pequenas propriedades de áreas inferiores a 2 hectares. Os estabelecimentos rurais com até 10 hectares representam 25,3% do total, ocupando apenas 13,8% da área total do território, o que revela que muitas famílias não conseguem sobreviver diretamente da produção, devido à falta de acesso à terra suficiente para garantir sua subsistência (IBGE, 2017).

Por fim, o estudo destaca o papel potencial das indicações geográficas na valorização dos produtos locais, propondo-as como ferramentas estratégicas para o desenvolvimento

endógeno. Dentro desse contexto, a legislação brasileira – em especial a Lei nº 9.279/96 e a Portaria INPI nº 04 de 2022 – proporciona um arcabouço legal que visa proteger e conferir identidade aos produtos que possuem qualidade intrinsecamente ligada ao seu meio geográfico. Autores como Caldas (2013) e Gurgel (2005) enfatizam que a Indicação Geográfica pode funcionar como uma marca territorial e contribuir para a inserção dos pequenos e médios produtores em mercados competitivos, fortalecendo, assim, os Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Em suma, a análise do TIPS reflete uma intersecção de fatores demográficos, econômicos, sociais e culturais que sublinham tanto as potencialidades quanto os desafios enfrentados no desenvolvimento territorial. A concentração populacional, as disparidades econômicas e as desigualdades fundiárias demandam políticas públicas integradas e multifacetadas, que aliem instrumentos legais – como as indicações geográficas – à promoção de um desenvolvimento inclusivo, capaz de valorizar a identidade do território e de seus diversos atores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo demonstra a complexidade e a heterogeneidade do Território de Identidade Portal do Sertão (TIPS), revelando uma série de desafios e potencialidades para o desenvolvimento territorial. Em primeiro lugar, os dados demográficos e econômicos ressaltam uma lógica de concentração populacional e produtiva, o município de Feira de Santana desempenha papel central na dinâmica territorial. Esse fenômeno contribui tanto para a disparidade no acesso a serviços e recursos quanto para a centralização das atividades industriais e terciárias, o que, por sua vez, impõe a necessidade de políticas públicas que promovam a descentralização e promovam o desenvolvimento mais equilibrado entre os municípios que compõe o TIPS.

A composição sociocultural do território é marcada por expressiva diversidade étnica e pela presença significativa de comunidades indígenas e quilombolas, corrobora a relevância de estratégias que preservem e valorizem identidades locais. Nesse cenário, a Indicação Geográfica (IG) emerge como uma ferramenta potencial para a agregação de valor aos produtos locais, incentivando práticas de produção que respeitem a memória, o saber-fazer tradicional e as particularidades do meio geográfico. Contudo, os resultados indicam que as IGs não devem ser encaradas como soluções exclusivas – sua eficácia está intrinsecamente ligada à implementação concomitante de outras medidas de desenvolvimento endógeno e de reordenamento territorial.

Por fim, os resultados esperados evidenciam que o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e a promoção de uma política territorial inclusiva são medidas indispensáveis para transformar os desafios identificados em oportunidades de desenvolvimento sustentável e equitativo para o território.

REFERÊNCIAS

BARQUERO, Antonio Vásquez. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 278 p.

BRASIL. *Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996*. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em: 12 mar. 2023.

CALDAS, A. S. Indicações geográficas: marco regulatório e distribuição espacial. In: CALDAS, Alcides dos Santos; BRITO, Cristóvão; FONSECA, Antônio Ângelo Martins; PERTILE, Noeli (Org.). *Gestão do Território e Desenvolvimento: novos olhares e tendências*. 1. ed. Salvador: JM, 2013, v. 1, p. 127-152.

GURGEL, V. A. Aspectos jurídicos da indicação geográfica. In: LAGES, V.; LAGARES, L.; BRAGA, C. L. (Orgs.). *Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios*. Brasília: Sebrae, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico*, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/irara/panorama. Acesso em: 01 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Produção Agrícola Municipal 2017-2018*. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI. (2022) *Indicações de procedência reconhecidas* [território nacional]. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/assuntos/indicacoes-geograficas/arquivos/copy_of_LISTACOMASINDICAESDEPROCEDNCIARECONHECIDAS.At17Dez2022.pdf. Acesso em 01/04/2022.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978. 288 p.

TEIXEIRA, F. L. C.; SOUSA, S. V. A. Desigualdade, emprego e aglomerações produtivas: análise da dinâmica dos territórios de identidade da Bahia. *Bahia Análise & Dados*, v. 26, n. 1, jan./jun. 2016. p. 9-32.

VALE, Ana Lia Farias; SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. *Revista Faz Ciência* 7 (1), 11-11.